

COM BASE NO EDITAL Nº 001/2026/DDP



UFSC

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

ECONOMISTA

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Noções de Sustentabilidade
- ▶ Noções de Informática
- ▶ Noções de Legislação
- ▶ Inglês e Espanhol
- ▶ Conhecimentos Específicos

BÔNUS
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA





AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





UFSC

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

ECONOMISTA

EDITAL Nº 001/2026/DDP

CÓD: OP-030FV-26
7908403588022

ÍNDICE

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos: Ideias principais e secundárias, explícitas e implícitas; fatos e opiniões; relações intratextuais e intertextuais.....	7
2. Coesão e coerência textual.....	10
3. Vocabulário: Sentido de palavras e de expressões no texto; denotação e conotação.....	10
4. Aspectos gramaticais: Concordância e regência verbal e nominal.....	13
5. Funcionamento de diferentes recursos gramaticais no texto (níveis fonético fonológico, morfológico, sintático e semântico).....	16
6. Pontuação.....	27
7. Gêneros textuais: Formas e funções.....	28

Noções de Sustentabilidade

1. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: conceitos e fundamentos; ods (objetivos de desenvolvimento sustentável).....	40
2. Práticas ambientais, sociais e de governança (esg - environmental, social, governance).....	45
3. Economia circular.....	50
4. Gestão de resíduos sólidos.....	51
5. Agenda ambiental da administração pública – a3p e seus seis eixos temáticos.....	52

Noções de Informática

1. Componentes de computadores e periféricos.....	64
2. Utilização do sistema operacional Windows 11.....	65
3. Utilização dos aplicativos Microsoft Office (Word, Excel e PowerPoint).....	70
4. Utilização de tecnologias, ferramentas e aplicativos associados à Internet (Firefox e Thunderbird).....	74
5. Assinatura digital e tecnologias de autenticação (gov.br).....	83
6. Noções sobre Modelo e Notação de Processos de Negócio (BPMN).....	84

Noções de Legislação

1. Constituição federal, arts. 37 a 41 (da administração pública e dos servidores públicos).....	92
2. Lei nº 8.112/1990 (regime jurídico único dos servidores públicos civis da união, das autarquias e das fundações públicas federais).....	98
3. Lei nº 9.784/99 (regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal).....	125
4. Lei nº 11.091/2005 (plano de carreira dos técnicos-administrativos em educação).....	131
5. Decreto nº 1.171/1994 (código de ética).....	136
6. Estatuto da UFSC.....	139
7. Regimento geral da UFSC.....	150

ÍNDICE

Inglês e Espanhol

- | | | |
|----|--|-----|
| 1. | Leitura e interpretação de texto; conhecimentos de gramática de língua inglesa | 170 |
| 2. | Leitura e interpretação de texto; conhecimentos de gramática de língua espanhola | 175 |

Conhecimentos Específicos

- | | | |
|----|--|-----|
| 1. | Microeconomia: Teoria da demanda do consumidor; teoria da firma; estruturas de mercado. Falhas de Mercado..... | 188 |
| 2. | Macroeconomia: Contabilidade Nacional; oferta e demanda agregada; políticas macroeconômicas; Modelos de Crescimento | 192 |
| 3. | Elaboração e análise de projetos: Análise de viabilidade técnica, econômica e financeira | 196 |
| 4. | Economia de empresas: Estratégia e vantagens competitivas; planejamento estratégico..... | 199 |
| 5. | Política e planejamento econômico: Experiências de planejamento público no Brasil; políticas de concorrência e regulação | 204 |
| 6. | Análise de investimento: Valor presente e taxa interna de retorno; capitalização simples e composta; sistemas de amortização | 209 |
| 7. | Estatística econômica: Números Índices; estatística descritiva e distribuição de probabilidade..... | 213 |
| 8. | Modelos de Regressão: Modelos de Regressão simples e Multivariado | 217 |

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS: IDEIAS PRINCIPAIS E SECUNDÁRIAS, EXPLÍCITAS E IMPLÍCITAS; FATOS E OPINIÕES; RELAÇÕES INTRATEXTUAIS E INTER-TEXTUAIS

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

CONCEITO DE COMPREENSÃO

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

► A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário**: O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.

- **Sintaxe**: A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.

- **Coesão e coerência**: são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

► A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:

- **Cores**: As cores desempenham um papel comunicativo importante em muitos contextos, evocando emoções ou sugerindo informações adicionais. Por exemplo, em um gráfico, cores diferentes podem representar categorias distintas de dados.

- **Formas e símbolos**: Cada forma ou símbolo em um texto visual pode carregar um significado próprio, como sinais de trânsito ou logotipos de marcas. A correta interpretação desses elementos depende do conhecimento prévio do leitor sobre seu uso.

- **Gestos e expressões**: Em um contexto de comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou em uma apresentação oral acompanhada de gestos, a compreensão se dá ao identificar e entender as nuances de cada movimento.

► Fatores que Influenciam a Compreensão

A compreensão, seja de textos verbais ou não-verbais, pode ser afetada por diversos fatores, entre eles:

- **Conhecimento prévio**: Quanto mais familiarizado o leitor estiver com o tema abordado, maior será sua capacidade de compreender o texto. Por exemplo, um leitor que já conhece o contexto histórico de um fato poderá compreender melhor uma notícia sobre ele.



AMOSTRA

▪ **Contexto:** O ambiente ou a situação em que o texto é apresentado também influencia a compreensão. Um texto jornalístico, por exemplo, traz uma mensagem diferente dependendo de seu contexto histórico ou social.

▪ **Objetivos da leitura:** O propósito com o qual o leitor aborda o texto impacta a profundidade da compreensão. Se a leitura for para estudo, o leitor provavelmente será mais minucioso do que em uma leitura por lazer.

► **Compreensão como Base para a Interpretação**

A compreensão é o primeiro passo no processo de leitura e análise de qualquer texto. Sem uma compreensão clara e objetiva, não é possível seguir para uma etapa mais profunda, que envolve a interpretação e a formulação de inferências. Somente após a decodificação do que está explicitamente presente no texto, o leitor poderá avançar para uma análise mais subjetiva e crítica, onde ele começará a trazer suas próprias ideias e reflexões sobre o que foi lido.

Em síntese, a compreensão textual é um processo que envolve a decodificação de elementos verbais e não-verbais, permitindo ao leitor captar a mensagem essencial do conteúdo. Ela exige atenção, familiaridade com as estruturas linguísticas ou visuais e, muitas vezes, o uso de recursos complementares, como dicionários. Ao dominar a compreensão, o leitor cria uma base sólida para interpretar textos de maneira mais profunda e crítica.

► **Textos Verbais e Não-Verbais**

Na comunicação, os textos podem ser classificados em duas categorias principais: verbais e não-verbais. Cada tipo de texto utiliza diferentes recursos e linguagens para transmitir suas mensagens, sendo fundamental que o leitor ou observador saiba identificar e interpretar corretamente as especificidades de cada um.

Textos Verbais:

Os textos verbais são aqueles constituídos pela linguagem escrita ou falada, onde as palavras são o principal meio de comunicação. Eles estão presentes em inúmeros formatos, como livros, artigos, notícias, discursos, entre outros. A linguagem verbal se apoia em uma estrutura gramatical, com regras que organizam as palavras e frases para transmitir a mensagem de forma coesa e compreensível.

Características dos Textos Verbais:

- **Estrutura Sintática:** As frases seguem uma ordem gramatical que facilita a decodificação da mensagem.
- **Uso de Palavras:** As palavras são escolhidas com base em seu significado e função dentro do texto, permitindo ao leitor captar as ideias expressas.
- **Coesão e Coerência:** A conexão entre frases, parágrafos e ideias deve ser clara, para que o leitor compreenda a linha de raciocínio do autor.

Exemplos de textos verbais incluem:

- **Livros e artigos:** Onde há um desenvolvimento contínuo de ideias, apoiado em argumentos e explicações detalhadas.
- **Diálogos e conversas:** Que utilizam a oralidade para interações mais diretas e dinâmicas.
- **Panfletos e propagandas:** Usam a linguagem verbal de forma concisa e direta para transmitir uma mensagem específica.

A compreensão de um texto verbal envolve a decodificação de palavras e a análise de como elas se conectam para construir significado. É essencial que o leitor identifique o tema, os argumentos centrais e as intenções do autor, além de perceber possíveis figuras de linguagem ou ambiguidades.

Textos Não-Verbais:

Os textos não-verbais utilizam elementos visuais para se comunicar, como imagens, símbolos, gestos, cores e formas. Embora não usem palavras diretamente, esses textos transmitem mensagens completas e são amplamente utilizados em contextos visuais, como artes visuais, placas de sinalização, fotografias, entre outros.

Características dos Textos Não-Verbais:

- **Imagens e símbolos:** Carregam significados culturais e contextuais que devem ser reconhecidos pelo observador.
- **Cores e formas:** Podem ser usadas para evocar emoções ou destacar informações específicas. Por exemplo, a cor vermelha em muitos contextos pode representar perigo ou atenção.
- **Gestos e expressões:** Na comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou na expressão facial, o corpo desempenha o papel de transmitir a mensagem.

Exemplos de textos não-verbais incluem:

- **Obras de arte:** Como pinturas ou esculturas, que comunicam ideias, emoções ou narrativas através de elementos visuais.
- **Sinais de trânsito:** Que utilizam formas e cores para orientar os motoristas, dispensando a necessidade de palavras.
- **Infográficos:** Combinações de gráficos e imagens que transmitem informações complexas de forma visualmente acessível.

A interpretação de textos não-verbais exige uma análise diferente da dos textos verbais. É necessário entender os códigos visuais que compõem a mensagem, como as cores, a composição das imagens e os elementos simbólicos utilizados. Além disso, o contexto cultural é crucial, pois muitos símbolos ou gestos podem ter significados diferentes dependendo da região ou da sociedade em que são usados.

NOÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: CONCEITOS E FUNDAMENTOS; ODS (OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL)

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) DA ONU

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) representam uma iniciativa global ambiciosa e vital para o futuro do planeta. Propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015, os ODS são uma agenda universal que busca erradicar a pobreza, proteger o meio ambiente e garantir que todas as pessoas vivam em paz e prosperidade até 2030. Esses objetivos foram estabelecidos como uma continuação e expansão dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que, entre 2000 e 2015, mobilizaram esforços globais para combater questões como a pobreza extrema e a fome.

A adoção dos ODS sinalizou um novo capítulo no compromisso global com o desenvolvimento sustentável. Ao contrário dos ODM, que eram focados em países em desenvolvimento, os ODS são universais e aplicáveis a todas as nações, independentemente do seu nível de desenvolvimento. Eles foram elaborados com o entendimento de que o desenvolvimento sustentável exige uma abordagem integrada que leve em conta o desenvolvimento econômico, a inclusão social e a sustentabilidade ambiental, de maneira equilibrada e interconectada.

A Agenda 2030, que engloba os ODS, reflete um consenso mundial sobre a necessidade de ações urgentes e coordenadas para enfrentar os desafios globais. Questões como as mudanças climáticas, as desigualdades sociais, a degradação ambiental e as crises econômicas são interdependentes e requerem soluções colaborativas e inovadoras. Os ODS, portanto, não apenas definem objetivos específicos, mas também apontam para a importância da cooperação internacional e da responsabilidade compartilhada.

Diante desse contexto, compreender os ODS é fundamental para qualquer discussão sobre sustentabilidade e desenvolvimento. Eles não apenas estabelecem metas para governos e instituições, mas também mobilizam cidadãos, empresas e organizações em todo o mundo. A implementação bem-sucedida dos ODS depende de um esforço coletivo que transcende fronteiras e setores, promovendo um mundo mais justo, próspero e sustentável para as gerações presentes e futuras.

► O Que São os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável?

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são um conjunto de 17 objetivos globais, estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015, com o propósito de guiar as ações internacionais rumo a um futuro mais justo, equitativo e sustentável até 2030.

Esses objetivos fazem parte da Agenda 2030, um plano de ação abrangente que busca erradicar a pobreza, proteger o meio ambiente e promover a prosperidade para todos, sem deixar ninguém para trás.

► Definição e Características dos ODS

Os ODS foram concebidos como um guia para o desenvolvimento global, abordando questões críticas em áreas como pobreza, desigualdade, saúde, educação, mudança climática, paz e justiça.

Ao todo, os 17 objetivos são subdivididos em 169 metas específicas e monitorados por um conjunto de indicadores para avaliar o progresso ao longo do tempo. Os ODS são universais, aplicando-se a todos os países, independentemente de seu nível de desenvolvimento econômico, e reconhecem a interdependência entre as dimensões social, econômica e ambiental do desenvolvimento sustentável.

Uma característica distintiva dos ODS é a sua abordagem integradora e multidisciplinar. Ao contrário de abordagens anteriores, que muitas vezes tratavam as questões de forma isolada, os ODS reconhecem que desafios como pobreza, desigualdade de gênero, acesso à educação de qualidade e proteção ambiental estão intrinsecamente interligados. Isso exige que as soluções sejam igualmente interconectadas e que abordagens setoriais sejam coordenadas para alcançar impactos positivos duradouros.

► Comparação com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)

Os ODS sucederam os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que foram implementados entre 2000 e 2015. Embora ambos os conjuntos de objetivos compartilhem a meta de melhorar a qualidade de vida global, existem diferenças significativas entre eles. Os ODM eram compostos por 8 objetivos focados principalmente nos países em desenvolvimento, abordando questões como redução da pobreza extrema, melhoria na educação e saúde materno-infantil, e combate a doenças.

Em contraste, os ODS são mais amplos em escopo e abrangência. Eles não apenas ampliam os temas dos ODM para incluir questões como desigualdade, crescimento econômico sustentável e ação climática, mas também se aplicam a todos os países, independentemente de seu status de desenvolvimento. Além disso, os ODS enfatizam a importância da sustentabilidade e da inclusão social, destacando a necessidade de desenvolvimento econômico que respeite os limites planetários e promova a equidade.

► Estrutura dos ODS

Cada um dos 17 ODS está associado a metas específicas que detalham os passos necessários para alcançar os objetivos gerais. Essas metas são acompanhadas por indicadores mensuráveis,



AMOSTRA

que permitem monitorar o progresso e identificar áreas que requerem maior atenção. Por exemplo, o ODS 1, que busca “acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares”, inclui metas como erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas e garantir que todos tenham direitos iguais aos recursos econômicos.

Os ODS cobrem uma ampla gama de questões, desde a erradicação da fome (ODS 2) e a promoção da saúde e bem-estar (ODS 3), até a garantia de acesso à educação de qualidade (ODS 4) e a promoção de ações urgentes para combater as mudanças climáticas (ODS 13). Esses objetivos não são pensados para ser alcançados de forma isolada; ao contrário, são projetados para serem complementares, reforçando-se mutuamente para alcançar um impacto global positivo.

Em resumo, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável representam uma estrutura global abrangente para enfrentar os desafios mais urgentes do mundo contemporâneo. Eles são um chamado à ação para todos os países, governos, empresas e indivíduos, promovendo a ideia de que o desenvolvimento sustentável só pode ser alcançado por meio da cooperação e do esforço coletivo.

► Principais ODS e Suas Áreas de Foco

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela ONU abrangem uma ampla gama de questões cruciais para o desenvolvimento global. Cada um desses objetivos foca em áreas específicas, mas todos estão interconectados, refletindo a complexidade e a interdependência dos desafios globais. A seguir, exploraremos os principais ODS e suas áreas de foco, destacando suas metas e o impacto esperado.

► ODS 1: Erradicação da Pobreza

- **Objetivo:** Acabar com a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares.
- **Áreas de Foco:** Redução da pobreza extrema, acesso a recursos econômicos, serviços básicos, e proteção social.
- **Importância:** A pobreza extrema, definida como viver com menos de US\$ 1,90 por dia, afeta milhões de pessoas em todo o mundo. Erradicá-la é fundamental para garantir uma vida digna e oportunidades de progresso para todos.

► ODS 2: Fome Zero e Agricultura Sustentável

- **Objetivo:** Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.
- **Áreas de Foco:** Acesso universal a alimentos nutritivos, práticas agrícolas sustentáveis, e resiliência a eventos climáticos extremos.
- **Importância:** A fome e a má nutrição afetam a saúde e o desenvolvimento de milhões de pessoas. Garantir segurança alimentar é essencial para o desenvolvimento humano e a estabilidade global.

► ODS 3: Saúde e Bem-Estar

- **Objetivo:** Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
- **Áreas de Foco:** Redução da mortalidade materna e infantil, combate a doenças transmissíveis e não transmissíveis, e acesso a serviços de saúde de qualidade.
- **Importância:** A saúde é um direito humano fundamental. Melhorar o acesso à saúde e ao bem-estar contribui diretamente para a produtividade e o crescimento econômico.

► ODS 4: Educação de Qualidade

- **Objetivo:** Garantir o acesso à educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
- **Áreas de Foco:** Acesso universal à educação primária e secundária, eliminação das disparidades de gênero na educação, e melhoria da qualidade do ensino.
- **Importância:** A educação é a base para o desenvolvimento sustentável. Ela capacita indivíduos, promove a igualdade e fomenta o crescimento econômico.

► ODS 5: Igualdade de Gênero

- **Objetivo:** Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
- **Áreas de Foco:** Eliminação da discriminação e violência contra mulheres, garantia de participação plena e igualitária em todos os níveis de decisão, e igualdade de oportunidades econômicas.
- **Importância:** A igualdade de gênero é não apenas um direito humano fundamental, mas também um dos pilares para alcançar outros ODS, como a erradicação da pobreza e a promoção do crescimento econômico.

► ODS 6: Água Potável e Saneamento

- **Objetivo:** Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.
- **Áreas de Foco:** Acesso universal a água potável segura e acessível, tratamento e reutilização segura de águas residuais, e gestão integrada dos recursos hídricos.
- **Importância:** O acesso à água potável e ao saneamento é essencial para a saúde pública, a qualidade de vida e o desenvolvimento econômico.

► ODS 13: Ação Contra a Mudança Global do Clima

- **Objetivo:** Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos.
- **Áreas de Foco:** Redução das emissões de gases de efeito estufa, fortalecimento da resiliência e capacidade de adaptação a desastres relacionados ao clima, e integração das medidas de mudança climática nas políticas nacionais.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

COMPONENTES DE COMPUTADORES E PERIFÉRICOS

Hardware

O hardware é a parte física do computador, composta por todos os componentes e dispositivos que podem ser tocados, como placas, cabos, memórias, dispositivos de entrada e saída, entre outros. Ele é dividido em várias categorias com base em sua função: componentes internos, dispositivos de entrada, dispositivos de saída e dispositivos de armazenamento.

Componentes Internos

- **Placa-mãe (Motherboard):** É o principal componente do computador, responsável por conectar todos os outros dispositivos. Ela contém slots para o processador, memória RAM, discos de armazenamento e placas de expansão.
- **Processador (CPU - Central Processing Unit):** Conhecido como o "cérebro" do computador, o processador executa as instruções dos programas e realiza cálculos. Ele é dividido em:
 - Unidade de Controle (UC): Gerencia a execução das instruções.
 - Unidade Lógica e Aritmética (ULA): Realiza cálculos matemáticos e operações lógicas.
- **Memória RAM (Random Access Memory):** Uma memória volátil e temporária usada para armazenar dados dos programas em execução. Perde seu conteúdo ao desligar o computador.
- **Memória ROM (Read Only Memory):** Uma memória não volátil que armazena instruções permanentes, como o BIOS, essencial para inicializar o computador.
- **Memória Cache:** Uma memória extremamente rápida que armazena dados frequentemente usados pelo processador, acelerando o desempenho.
- **Placa de Vídeo (GPU - Graphics Processing Unit):** Responsável por processar imagens e vídeos, essencial para gráficos avançados e jogos.
- **Fonte de Alimentação:** Fornece energia elétrica para todos os componentes do computador.
- **Placa de Rede:** Permite a conexão do computador a redes locais ou à internet, podendo ser com fio ou sem fio.

Dispositivos de Entrada

- **Teclado:** Permite inserir informações no computador através de teclas.
- **Mouse:** Facilita a interação com interfaces gráficas.
- **Microfone:** Capta áudio para comunicação ou gravação.

- **Scanner:** Converte documentos físicos em arquivos digitais.
- **Webcam:** Captura imagens e vídeos.

Dispositivos de Saída

- **Monitor:** Exibe imagens, vídeos e informações ao usuário.
- **Impressora:** Produz cópias físicas de documentos ou imagens.
- **Caixas de Som/Fones de Ouvido:** Reproduzem áudio.
- **Projetores:** Apresentam imagens ou vídeos em grandes superfícies.

Dispositivos de Entrada e Saída (I/O)

Alguns dispositivos desempenham as duas funções:

- **Pen Drives:** Permitem armazenar dados e transferi-los.
- **Touchscreen:** Combina entrada (toque) e saída (exibição).
- **Impressoras Multifuncionais:** Funcionam como scanner e impressora.

Dispositivos de Armazenamento

- **HD (Hard Disk):** Um disco magnético usado para armazenar grandes quantidades de dados de forma permanente.
- **SSD (Solid State Drive):** Uma unidade de armazenamento mais rápida e resistente que o HD, usada para maior desempenho.
- **Memórias Externas:** Incluem pen drives, cartões de memória e discos rígidos externos.
- **Mídias Ópticas:** CDs, DVDs e Blu-rays, que armazenam dados de forma durável.
- **CD (Compact Disc):** Armazena até 700 MB de dados.
- **DVD (Digital Versatile Disc):** Armazena entre 4,7 GB (camada única) e 8,5 GB (duas camadas).
- **Blu-ray:** Armazena até 25 GB por camada.

Software

O software é a parte lógica do computador, composta pelos programas que permitem a execução de tarefas e o funcionamento do hardware. Ele é classificado em software de sistema, software de aplicação e software utilitário.

Software de Sistema

O software de sistema gerencia os recursos do computador e serve como interface entre o hardware e o usuário. O principal exemplo é o sistema operacional (SO). O SO controla todos os dispositivos e fornece uma plataforma para a execução de programas. Exemplos incluem:

- **Windows:** Popular em computadores pessoais e empresariais.



AMOSTRA

- **Linux:** Sistema operacional de código aberto, amplamente utilizado em servidores e por usuários avançados.
- **macOS:** Exclusivo para computadores da Apple.
- **Android e iOS:** Sistemas operacionais para dispositivos móveis.

Software de Aplicação

O software de aplicação é projetado para ajudar os usuários a realizar tarefas específicas. Exemplos incluem:

- **Microsoft Office:** Ferramentas como Word, Excel e PowerPoint.
- **Navegadores de Internet:** Google Chrome, Mozilla Firefox e Safari.
- **Softwares Gráficos:** Adobe Photoshop e CorelDRAW.
- **Jogos:** Programas interativos voltados para entretenimento.

Software Utilitário

Os softwares utilitários são usados para realizar tarefas de manutenção e otimização do sistema. Exemplos:

- **Antivírus:** Protegem o computador contra malware.
- **Gerenciadores de Arquivos:** Auxiliam na organização e manipulação de arquivos.
- **Compactadores de Arquivos:** Como WinRAR e 7-Zip, que reduzem o tamanho dos arquivos.

UTILIZAÇÃO DO SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 11**Windows 11**

O Microsoft Windows 11 representa a mais recente iteração da famosa série de sistemas operacionais da Microsoft.

Lançado como sucessor do Windows 10, o Windows 11 foi projetado para oferecer uma experiência de usuário aprimorada, juntamente com melhorias no desempenho, segurança e funcionalidades.

Além disso, a Microsoft introduziu uma série de mudanças no design, tornando o Windows 11 visualmente distinto em relação às versões anteriores.

Recursos do Windows 11

- **Nova interface de usuário:** o Windows 11 traz uma interface de usuário redesenhada, com um novo menu Iniciar no centro da barra de tarefas, cantos arredondados, ícones renovados e uma barra de tarefas simplificada. Essa mudança visa fornecer uma aparência mais moderna e coesa.
- **Compatibilidade de aplicativos:** o Windows 11 é projetado para ser compatível com a maioria dos aplicativos e programas disponíveis para o Windows 10. Além disso, a Microsoft trabalhou para melhorar a compatibilidade com aplicativos Android por meio da Microsoft Store.

▪ **Desempenho aprimorado:** a Microsoft afirma que o Windows 11 oferece melhor desempenho em comparação com seu antecessor, graças a otimizações no núcleo do sistema operacional e suporte a hardware mais recente.

▪ **Mudanças no Snap Layouts e Snap Groups:** as funcionalidades de organização de janelas no Windows 11 foram aprimoradas com o Snap Layouts e Snap Groups, facilitando a organização de aplicativos e janelas abertas em vários monitores.

▪ **Widgets:** o Windows 11 introduz widgets que fornecem informações personalizadas, como notícias, clima e calendário, diretamente na área de trabalho.

▪ **Integração do Microsoft Teams:** o Microsoft Teams é integrado ao sistema operacional, facilitando a comunicação e a colaboração.

▪ **Suporte a jogos:** o Windows 11 oferece suporte aprimorado para jogos com o DirectX 12 Ultimate e o Auto HDR, proporcionando uma experiência de jogo mais imersiva.

▪ **Requisitos de Hardware:** o Windows 11 introduziu requisitos de hardware mais rígidos em comparação com o Windows 10. Para aproveitar todos os recursos, os dispositivos devem atender a determinadas especificações, incluindo TPM 2.0 e Secure Boot.

É importante mencionar que, além do Windows 11, a Microsoft pode ter lançado versões superiores do sistema operacional no momento em que este texto foi escrito. Como com qualquer sistema operacional, as versões posteriores geralmente buscam aprimorar a experiência do usuário, a segurança e a compatibilidade com hardware e software mais recentes.

O Windows 11 representa uma evolução na família de sistemas operacionais da Microsoft, introduzindo mudanças significativas na interface do usuário e aprimoramentos no desempenho, enquanto mantém a compatibilidade com a maioria dos aplicativos e programas usados no Windows 10.

▶ Atalhos de teclado

O Windows 11, como seus predecessores, oferece uma variedade de atalhos de teclado que facilitam a navegação e a realização de tarefas comuns.

Aqui estão alguns atalhos úteis do teclado para o Windows 11:

1. Tecla Windows: a tecla com o logotipo do Windows, geralmente localizada no canto inferior esquerdo do teclado, é usada em conjunto com outras teclas para realizar várias ações, como abrir o menu Iniciar, alternar entre aplicativos e acessar a barra de tarefas.

2. Tecla Windows + D: minimiza ou restaura todas as janelas, levando você de volta à área de trabalho. Pressionando novamente, você pode restaurar as janelas ao seu estado anterior.

3. Tecla Windows + E: abre o Explorador de Arquivos, permitindo que você navegue pelos arquivos e pastas do seu computador.

4. Tecla Windows + L: bloqueia o computador, exigindo a senha ou o PIN para desbloqueá-lo.

5. Tecla Windows + Tab: abre o novo centro de tarefas, onde você pode visualizar e alternar entre os aplicativos abertos de forma mais visual.



NOÇÕES DE LEGISLAÇÃO

CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ARTS. 37 A 41 (DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DOS SERVIDORES PÚBLICOS)

DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

► Disposições gerais e servidores públicos

A expressão Administração Pública em sentido objetivo traduz a ideia de atividade, tarefa, ação ou função de atendimento ao interesse coletivo. Já em sentido subjetivo, indica o universo dos órgãos e pessoas que desempenham função pública.

Conjugando os dois sentidos, pode-se conceituar a Administração Pública como sendo o conjunto de pessoas e órgãos que desempenham uma função de atendimento ao interesse público, ou seja, que estão a serviço da coletividade.

► Princípios da Administração Pública

Nos termos do caput do Artigo 37 da CF, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

As provas de Direito Constitucional exigem com frequência a memorização de tais princípios. Assim, para facilitar essa memorização, já é de praxe valer-se da clássica expressão mnemônica "LIMPE". Observe o quadro abaixo:

Princípios da Administração Pública	
L	Legalidade
I	Impessoalidade
M	Moralidade
P	Publicidade
E	Eficiência
LIMPE	

Passemos ao conceito de cada um deles:

Princípio da Legalidade:

De acordo com este princípio, o administrador não pode agir ou deixar de agir, senão de acordo com a lei, na forma determinada. O quadro abaixo demonstra suas divisões.

Princípio da Legalidade

Em relação à Administração Pública	A Administração Pública somente pode fazer o que a lei permite → Princípio da Estrita Legalidade
Em relação ao Particular	O Particular pode fazer tudo que a lei não proíbe

Princípio da Impessoalidade:

Em decorrência deste princípio, a Administração Pública deve servir a todos, sem preferências ou aversões pessoais ou partidárias, não podendo atuar com vistas a beneficiar ou prejudicar determinadas pessoas, uma vez que o fundamento para o exercício de sua função é sempre o interesse público.

Princípio da Moralidade:

Tal princípio caracteriza-se por exigir do administrador público um comportamento ético de conduta, ligando-se aos conceitos de probidade, honestidade, lealdade, decoro e boa-fé.

A moralidade se extrai do senso geral da coletividade representada e não se confunde com a moralidade íntima do administrador (moral comum) e sim com a profissional (ética profissional).

O Artigo 37, §4º da CF elenca as consequências possíveis, devido a atos de improbidade administrativa:

► Sanções ao cometimento de atos de improbidade administrativa

- Suspensão dos direitos políticos (responsabilidade política)
- Perda da função pública (responsabilidade disciplinar)
- Indisponibilidade dos bens (responsabilidade patrimonial)
- Ressarcimento ao erário (responsabilidade patrimonial)

Princípio da Publicidade:

O princípio da publicidade determina que a Administração Pública tem a obrigação de dar ampla divulgação dos atos que pratica, salvo a hipótese de sigilo necessário.

A publicidade é a condição de eficácia do ato administrativo e tem por finalidade propiciar seu conhecimento pelo cidadão e possibilitar o controle por todos os interessados.

Princípio da Eficiência:

Segundo o princípio da eficiência, a atividade administrativa deve ser exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional, evitando atuações amadorísticas.

AMOSTRA

Este princípio impõe à Administração Pública o dever de agir com eficiência real e concreta, aplicando, em cada caso concreto, a medida, dentre as previstas e autorizadas em lei, que mais satisfaça o interesse público com o menor ônus possível (dever jurídico de boa administração).

Em decorrência disso, a administração pública está obrigada a desenvolver mecanismos capazes de propiciar os melhores resultados possíveis para os administrados. Portanto, a Administração Pública será considerada eficiente sempre que o melhor resultado for atingido.

Disposições Gerais na Administração Pública:

O esquema abaixo sintetiza a definição de Administração Pública:

Administração Pública	
Direta	Indireta
Federal Estadual Distrital Municipal	Autarquias (podem ser qualificadas como agências reguladoras) Fundações (autarquias e fundações podem ser qualificadas como agências executivas) Sociedades de economia mista Empresas públicas
Entes Cooperados	
Não integram a Administração Pública, mas prestam serviços de interesse público. Exemplos: SESI, SENAC, SENAI, ONG's	

As disposições gerais sobre a Administração Pública estão elencadas nos Artigos 37 e 38 da CF. Vejamos:

CAPÍTULO VII DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações

para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

III - o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;

IV - durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira;

V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

VI - é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;

VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

VIII - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público; (Vide Emenda constitucional nº 106, de 2020)

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o §4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Regulamento)

XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19.12.2003)

XII - os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

INGLÊS E ESPANHOL

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO; CONHECIMENTOS DE GRAMÁTICA DE LÍNGUA INGLESA

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

A compreensão e interpretação de textos em língua inglesa vão muito além da simples tradução de palavras. Esse processo envolve a capacidade de entender o significado global do texto, reconhecer relações entre suas partes e identificar como ele dialoga com outros textos e contextos. Para que isso ocorra de forma eficiente, é fundamental desenvolver tanto o domínio do vocabulário e da estrutura da língua quanto a habilidade de perceber relações intratextuais e intertextuais.

O processo de leitura em inglês requer não apenas o reconhecimento de palavras isoladas, mas a capacidade de entender como essas palavras se organizam para construir significados complexos. Além disso, é essencial que o leitor consiga identificar relações internas no texto, como a coesão entre parágrafos e a progressão de ideias, bem como conexões externas, que envolvem referências a outros textos, contextos históricos, culturais ou literários.

A seguir, o tema será explorado em três partes: o domínio do vocabulário e da estrutura da língua, as relações intratextuais e a intertextualidade no processo de leitura.

DOMÍNIO DO VOCABULÁRIO E DA ESTRUTURA DA LÍNGUA

O primeiro passo para uma compreensão eficaz de textos em inglês é o domínio do vocabulário. O vocabulário pode ser dividido em dois tipos principais:

- **Active vocabulary (vocabulário ativo):** composto por palavras que o leitor é capaz de usar em sua própria produção oral e escrita.
- **Passive vocabulary (vocabulário passivo):** formado por palavras que o leitor reconhece e compreende quando encontra em um texto, mas que pode não usar com frequência em suas próprias falas ou escritas.

Para interpretar textos com precisão, é necessário ampliar o vocabulário passivo, pois ele representa uma grande parte das palavras encontradas em leituras acadêmicas, jornalísticas, literárias e técnicas. Estratégias como a leitura regular de diferentes tipos de textos, o uso de flashcards, a prática de contextos de uso e o estudo de sinônimos e antônimos ajudam a expandir esse repertório.

Além do vocabulário isolado, é fundamental compreender o uso de expressões idiomáticas (idiomatic expressions), phrasal verbs, collocations (combinações de palavras que ocorrem naturalmente) e false cognates (falsos cognatos), que podem levar a

interpretações equivocadas se não forem bem conhecidos. Por exemplo, o termo “actually” em inglês significa “na verdade” e não “atualmente”, o que é um erro comum entre estudantes de inglês.

O domínio da estrutura da língua (grammar structures) também é essencial. Isso inclui o conhecimento de tempos verbais (verb tenses), vozes ativa e passiva (active and passive voice), uso de modais (modal verbs), estruturas condicionais (conditional sentences) e conjunções (conjunctions) que conectam ideias. A compreensão da gramática permite que o leitor identifique o papel de cada elemento no texto, facilitando a interpretação de informações implícitas e explícitas.

Por exemplo, ao ler a frase “If I had known about the meeting, I would have attended,” o leitor deve reconhecer que se trata de uma third conditional sentence, que expressa uma situação hipotética no passado, indicando que o falante não sabia da reunião e, portanto, não compareceu. Esse entendimento é crucial para interpretar o significado além das palavras individuais.

O conhecimento gramatical também contribui para a identificação de referências anafóricas e catafóricas (quando um pronome ou termo faz referência a algo já mencionado ou que será mencionado no texto), o que é fundamental para manter a coesão e entender como as ideias se relacionam.

Assim, o domínio do vocabulário e da estrutura gramatical da língua inglesa é o alicerce para uma leitura eficiente, permitindo que o leitor vá além da decodificação de palavras para compreender o significado completo do texto.

RELAÇÕES INTRATEXTUAIS: COESÃO E COERÊNCIA NO TEXTO

As relações intratextuais referem-se à maneira como as ideias e informações estão conectadas dentro do próprio texto. Isso envolve mecanismos de coesão e coerência, que garantem a fluidez da leitura e a clareza das ideias.

A coesão textual é construída por meio de elementos linguísticos que criam ligações entre frases, parágrafos e seções do texto. Os principais recursos de coesão incluem:

- **Conjunctions and linking words (conjunções e palavras de ligação):** termos como “however,” “therefore,” “although,” “in addition” ajudam a estabelecer relações de causa e efeito, contraste, adição, etc.
- **Reference words (pronomes e expressões referenciais):** pronomes como “he,” “she,” “it,” “this,” “that” mantêm a continuidade do texto, referindo-se a elementos mencionados anteriormente.
- **Substitution and ellipsis (substituição e elipse):** permitem evitar repetições desnecessárias, substituindo termos ou omitindo partes do texto que são facilmente inferíveis.
- **Lexical cohesion (coesão lexical):** uso de sinônimos, antônimos e termos relacionados semanticamente para reforçar o tema e criar unidade no texto.

AMOSTRA

Por exemplo, em um texto sobre o meio ambiente, termos como “pollution,” “contamination,” “environmental damage,” e “ecosystem degradation” criam coesão lexical ao abordar o mesmo campo semântico.

A coerência textual, por sua vez, está relacionada ao sentido global do texto. Um texto coerente apresenta ideias organizadas de forma lógica, com progressão temática clara e relações de causa, consequência e temporalidade bem definidas. A coerência depende não apenas da estrutura do texto, mas também do conhecimento prévio do leitor, que deve ser capaz de relacionar as informações apresentadas com seus próprios conhecimentos e experiências.

Por exemplo, ao ler um texto que começa com “Global warming has severe impacts on biodiversity” e continua explicando como o aumento da temperatura afeta espécies animais e vegetais, o leitor espera que o texto mantenha essa linha de raciocínio, apresentando exemplos, causas e possíveis soluções para o problema. Se o texto mudar abruptamente para um tema sem relação, a coerência será comprometida.

Entender as relações intratextuais é fundamental para interpretar textos em inglês de forma eficaz, pois permite identificar como as informações estão organizadas e como cada parte contribui para o todo.

INTERTEXTUALIDADE NO PROCESSO DE LEITURA

A intertextualidade refere-se à relação entre diferentes textos. Trata-se da capacidade de reconhecer como um texto faz referência a outros textos, obras, eventos históricos, contextos culturais ou até mesmo a discursos sociais amplos. Esse fenômeno é comum em textos literários, jornalísticos, publicitários e acadêmicos, e sua identificação enriquece a interpretação do texto.

Existem diferentes formas de intertextualidade:

- **Citação direta ou indireta (quotation or paraphrase):** ocorre quando um texto menciona explicitamente outro, usando aspas ou reformulando uma ideia já conhecida.
- **Alusão (allusion):** uma referência sutil a outro texto, evento ou figura histórica, que o leitor deve reconhecer para compreender completamente o significado. Por exemplo, a expressão “to be or not to be” remete imediatamente à obra de Shakespeare, mesmo fora do contexto da peça.
- **Paródia e pastiche:** quando um texto imita ou faz uma releitura de outro, seja para homenageá-lo, seja para criticar ou modificar seu sentido original.
- **Interdiscursividade:** quando um texto incorpora elementos de diferentes gêneros discursivos, como um artigo acadêmico que inclui trechos de entrevistas, notícias e gráficos.

A intertextualidade é uma estratégia poderosa para enriquecer o significado de um texto. Por exemplo, um anúncio publicitário pode usar uma referência bíblica ou literária para criar um impacto emocional no público, enquanto um artigo de opinião pode citar estudos acadêmicos para reforçar sua argumentação.

Para identificar relações intertextuais em textos em inglês, o leitor precisa estar atento a pistas linguísticas, como aspas, expressões idiomáticas conhecidas, nomes próprios e eventos

históricos mencionados. Além disso, o background knowledge (conhecimento prévio) é fundamental para fazer essas conexões de forma eficiente.

O reconhecimento da intertextualidade amplia a compreensão do texto, pois permite ao leitor perceber camadas de significado que vão além da superfície, enriquecendo a interpretação e promovendo uma leitura mais crítica e reflexiva.

A compreensão e interpretação de textos em inglês envolvem uma combinação de habilidades linguísticas e cognitivas. O domínio do vocabulário e da estrutura da língua fornece a base para decodificar o texto, enquanto a identificação das relações intratextuais e intertextuais permite uma compreensão mais profunda e crítica do conteúdo.

Desenvolver essas competências é essencial para leitores que desejam não apenas entender textos em inglês, mas também analisá-los de forma reflexiva, reconhecendo as conexões entre diferentes ideias, contextos e discursos. Esse processo contribui para o aprimoramento da proficiência linguística e para a formação de leitores mais autônomos e críticos em qualquer área do conhecimento.

CONHECIMENTOS DE GRAMÁTICA DE LÍNGUA INGLESA

Dentre os muitos tópicos gramaticais da língua inglesa, alguns se fazem primordiais para a compreensão textual e a contextualização da comunicação no idioma. Os tempos verbais são as principais gramáticas a serem estudadas para uma melhor compreensão do idioma por completo. Ao realizar a interpretação de um texto, deve-se levar o tempo verbal em consideração para que se possa contextualizar o momento ao qual a fala se refere. Confira a seguir.

► Simple present

O *simple present* ou o presente simples é marcado por dois verbos auxiliares específicos DO e DOES. A conjugação verbal no tempo presente da língua inglesa é simples e se divide entre grupos de sujeitos. No infinitivo, ou seja, quando terminados em “ar”, “er”, “ir” no português, o verbo leva “to” em inglês, veja a seguir.

- Comer – **to eat**
- Beber – **to drink**
- Andar – **to walk**

Todos os verbos no presente mantêm uma conjugação básica, muito mais simples que a do português para cada sujeito. Basta retirar o “to” do infinitivo para serem conjugados com os sujeitos *I, you, we, they* e *you* (plural). Veja:

- **I eat** – Eu como
- **You eat** – Você come/ Tu comes
- **We eat** – Nós comemos
- **They eat** – Eles comem
- **You eat** – Vocês comem/ Vós comeis

No caso dos pronomes na terceira pessoa (*he, she* e *it*), acrescenta-se ao verbo o *s* conjuga-os adequadamente no tempo presente; para saber quando usar casa partícula, é necessário atentar-se ao final de cada verbo. Veja:



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

MICROECONOMIA: TEORIA DA DEMANDA DO CONSUMIDOR; TEORIA DA FIRMA; ESTRUTURAS DE MERCADO. FALHAS DE MERCADO

O MERCADO: AS CURVAS DE OFERTA, DEMANDA E O EQUILÍBRIO DE MERCADO

Curva da oferta: é a reprodução gráfica das oscilações que movem a lei da oferta e da demanda, sendo que seus eixos representam a elevação dos preços (eixo vertical) e a quantidade de bens ou serviços disponíveis para a venda (eixo horizontal). Por acompanhar as variações do mercado, a curva de oferta é dinâmica, isto é, preços menores provocarão seu deslocamento para o lado esquerdo (indicando diminuição da quantidade à venda), sendo que a elevação dos preços causa o deslocamento da curva para o lado direito (o que indica mais produtos e serviços à venda).

Demanda: corresponde à quantidade de bens e/ou serviços que os consumidores pretendem obter em um momento determinado. Também é chamada de procura. Em geral, a demanda por um produto ou serviço é induzida por fatores como preço do bem no período determinado, preço do bem complementar (como gás de cozinha, por exemplo), preço de seu bem concorrente (substituto), as preferências de consumo e a renda do consumidor.

Equilíbrio de mercado: é o único preço em que a quantidade de oferta corresponde à quantidade da demanda, o que determina o ponto de equilíbrio, e este, por sua vez, só é possível a partir da movimentação de subida e descida dos preços

► Estática comparativa, alocação eficiente

Estática comparativa: trata-se da comparação entre dois estados de equilíbrio econômico distintos, anterior e posteriormente a uma alteração em um valor exógeno (variável determinada pelo Governo). Esse método é geralmente utilizado para analisar as transformações na política fiscal ou monetária, ao se abordar a economia como um todo ou para a análise de alterações na relação oferta *versus* demanda no estudo de um único mercado

Alocação eficiente: pode ser definida como o fornecimento de recursos econômicos à disposição nos diversos tipos de investimento e nas diversas atividades, com a finalidade primordial de alcançar, de forma simultânea, o maior lucro atingível e o risco mais baixo possível.

► Restrição orçamentária, preferências, utilidade e escolha do consumidor

Restrição orçamentária: é o conceito da microeconomia que corresponde ao máximo que um consumidor, uma empresa ou um governo (agentes econômicos) pode desembolsar com a

compra de um bem ou a contratação de um serviço, ou seja, é o limite que um indivíduo ou instituição pode pagar, considerando a sua renda e o preço dos bens.

Preferências: as preferências do consumidor compreendem o fator psicológico da demanda, sendo que, mesmo que o consumidor apresente uma restrição orçamentária equivalente à cesta de produtos e serviços disponíveis para venda, se ele não apresentar preferência à referida cesta, a negociação não será efetivada.

Utilidade: o princípio da utilidade é amplamente abordado na microeconomia para elucidar como os consumidores fazem suas escolhas da melhor maneira. Ainda que não seja viável determinar a utilidade que um consumidor confere a um produto ou serviço em específico, essa teoria se dedica à comparação e à classificação das opções em relação ao um determinado bem. Em outras palavras, esse princípio é caracterizado diante do conflito de escolha entre dois bens e por meio de curvas de indiferença, isto é, trata-se de uma unidade abstrata empregada para mensurar a satisfação alcançada a partir do consumo de um bem, seja uma mercadoria ou um serviço.

Escolha: as mencionadas curvas de indiferença são utilizadas para a escolha do consumidor, e consistem em representações gráficas que demonstram como um consumidor escolhe entre bens distintos em consonância com a utilidade que os atribui. O consumidor pode conferir mais utilidade à sua escolha e, assim, as curvas de indiferença ficam mais distanciadas da origem, devido ao fato de a escolha entre os bens apresentar mais utilidade. No caso de o consumidor, empresa ou governo apresentar maior preferência por um bem do que ao outro, a curva de indiferença sofre inclinação mais para o lado desse bem preferido, conservando o mesmo grau de utilidade.

► Efeitos dos impostos e subsídios sobre a escolha do consumidor

Impostos e subsídios têm efeitos semelhantes, sendo que, para cada item comprado ou vendido, o governo concede 10 para o produtor. Isto é, quando o consumidor paga um determinado preço pela unidade de um bem ou serviço, o produtor ou prestador recebe esse valor multiplicado por 10. Assim, subsídio diz respeito à diferença entre o preço despendido pelo consumidor e o preço recebido pelo produtor.

► Elasticidades: preço da demanda, renda da demanda e cruzada

Definição geral: a elasticidade se opera no mercado de capital financeiro, no mercado de trabalho e nas transações de produtos e serviços. O termo elasticidade expressa, de forma generalizada, a variação em porcentagem de uma variável decomposta pela variação em porcentagem de uma variável associada que pode ser aproveitada por diversas relações econômicas.

AMOSTRA

Elasticidade preço da demanda: consiste variação percentual na quantidade demandada de um produto ou serviço dividido pela variação percentual no preço.

Elasticidade renda da demanda: também chamada de elasticidade rendimento da demanda ou elasticidade rendimento da procura, a elasticidade-renda da demanda faz, mediante a uma variação percentual na renda do consumidor, a medição da variação percentual na quantidade demandada de um produto ou serviço em específico. Em outras palavras, trata-se da medida do efeito resultante de uma variação na renda sobre a procura (demanda) de um produto ou serviço, consistindo na variação percentual na quantidade demandada dividida pela variação percentual na renda.

Elasticidade-preço cruzada da demanda: é a variação percentual na quantidade de um produto ou serviço X que é demandada como resultado da variação percentual no preço do produto ou serviço Y. A expressão “preço cruzado” compreende a noção de que o preço de um produto ou serviço tem impacto na quantidade demandada de um produto ou serviço diferente.

► **Bens normais, bens inferiores, bens de luxo**

Bens normais: tratam-se de bens que têm crescimento de sua demanda à medida que a renda do consumidor aumenta, ou seja, conforme a renda do consumidor fica maior, maior é sua tendência de se comprar determinado bem.

Bens inferiores: são aqueles que, conforme a renda do consumidor cresce, a demanda por esse bem decresce. Exemplo: à medida que a renda do consumidor aumenta, a procura pela carne de segunda qualidade diminui e demanda pela carne de primeira qualidade aumenta. Assim, a carne de primeira qualidade é classificada como bem normal, e a carne de segunda qualidade é bem inferior.

Bens de luxo: em economia, são bens cuja demanda aumenta mais do que em proporcionalidade ao crescimento da renda do consumidor; além disso, os itens cuja demanda cresce com base somente no crescimento da renda também são classificados bens de luxo. A demanda desse bem tende a crescer em período próspero e a decrescer em momentos de retração. Quer dizer, para definição de um bem de luxo, a economia se baseia mais nos critérios de acessibilidade do que de renda — que também são considerados —, não levando em conta a contraposição de necessidade e desejo. Nesse contexto, um bem é classificado como luxo quando um indivíduo precisa de um grau de riqueza ou possuir uma determinada renda para comprá-lo.

► **Bens complementares e substitutos**

Bens complementares: são bens que são consumidos em conjunto, isto é, se complementam, como a impressora e o cartucho de tinta. A impressora não opera sem a tinta, e a tinta não tem função isolada da impressora. Assim, se houver um crescimento na demanda por impressoras, o mesmo acontecerá com a procura pelas tintas. Outros exemplos: café e açúcar, software e hardware, lâmpada e eletricidade, leite e achocolatado, cigarro e isqueiro.

Bens substitutos: são os bens que se equivalem, portanto, jamais são comprados juntos, e o consumidor prefere por comprar um determinado bem, em desvantagem de outro. O interesse pelo substituto de um bem é afetado mediante ao crescimento da demanda por esse bem. Exemplo: gasolina e álcool.

Se o preço da gasolina subir, a procura por esse bem decrescerá, e o álcool será o bem favorecido, tendo sua demanda elevada. Outros exemplos: manteiga e margarina, carne de frango e carne bovina, táxi e Uber.

► **O excedente do consumidor e do produtor, variações do nível de excedente como medida de bem estar**

Excedente: é diferença entre preço recebido e custo.

Excedente do consumidor: é o total das diferenças entre o quanto o consumidor está disposto a pagar por um determinado bem e os valores de fato pagos por tais consumidores na compra desse bem. Por exemplo, um indivíduo está disposto a pagar cinco reais por um litro de leite; se ele efetivamente pagar cinco reais nesse produto, não haverá excedente, mas, se pagar três reais, por exemplo, terá dois reais como excedente. Assim, ele terá dois reais a mais do que pretendia nessa transação.

Excedente do produtor: diz respeito à diferença entre o quanto o produtor realiza a venda de seu produto e o custo de produção desse bem. Por exemplo, se o custo de produção de um litro de leite é de três reais e a sua venda for feita por esse valor, não existirá excedente. Mas, se o produtor vender esse item por quatro reais, terá o excedente de um real. Abordando os dois casos, se o litro de leite for vendido a quatro reais, por exemplo, o consumidor terá o excedente de um real e o produtor também. Assim, essa transação será satisfatória para ambos agentes econômicos, sendo o excedente econômico o total dos dois excedentes, ou seja, dois reais.

► **A escolha do nível de produção, maximização de lucros: restrições tecnológicas, rendimentos decrescentes, curto e longo prazos em microeconomia**

Nível de produção: consiste na totalidade do volume de produção por meio de máquinas, redes, centro ou departamento de trabalho. A maximização de lucros pode se realizar de formas diversas nos contextos econômicos e produtivos. É possível maximizar uma exploração específica com base na incorporação tecnológica, redução de gastos ou por meio de resolução que potencialize os resultados da produção. A maximização de lucro é um processo que pode ser de curto ou longo prazo e por meio do qual uma organização pode estabelecer os níveis de preço, a entrada e a saída que podem gerar o maior lucro possível.

Restrições tecnológicas: são medidas que estabelecem restrições das variáveis de decisão e chamados coeficientes tecnológicos, sendo cruciais em todo Problema de Programação Linear. Não importando a aplicação, na ausência de tais restrições, o modelo assumirá um número ilimitado de soluções viáveis, tornando a solução infinita, em situações de maximização, e nula, em circunstâncias de minimização. As restrições tecnológicas representam as possibilidades das variáveis de decisão, a quantidade de tecnologia de cada item produzido, as demandas e flexibilidades dos recursos, a quantidade de produtos no portfólio e o nível de tecnologia de um processo ao qual o produto é submetido.

Rendimentos decrescentes: esse conceito é definido pela Lei dos Rendimentos Decrescentes, também conhecida como Lei da Produtividade Marginal Decrescente ou Lei das Proporções Variáveis, que defende que, em quaisquer processos produtivos, se a quantidade de um produto for ampliada e a quantidade dos



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

